

economia

BNDES abre consulta para crédito após tarifas de Trump

Programa Brasil Soberano tenta mitigar efeitos sobre empresas afetadas

/ RELAÇÕES COMERCIAIS

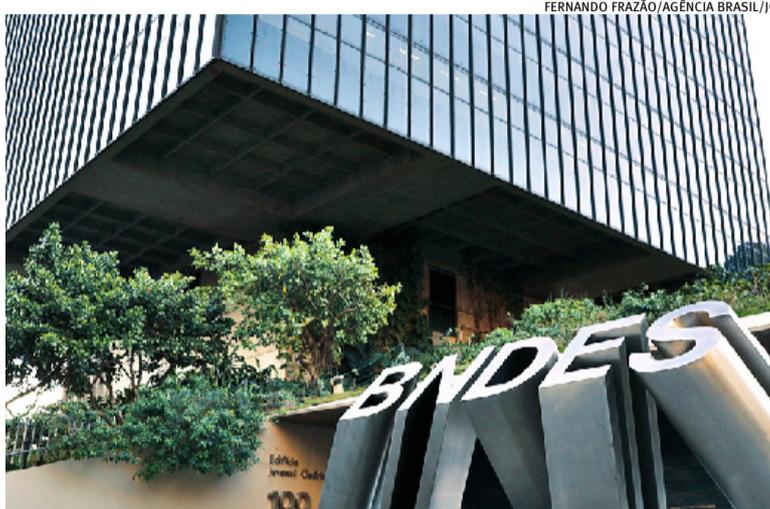
O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) abre nesta quinta-feira um protocolo para que empresas impactadas pelas tarifas dos Estados Unidos solicitem crédito no âmbito do plano Brasil Soberano. Conforme a instituição, o primeiro passo para as companhias é verificar a elegibilidade às medidas de apoio.

Na página do BNDES, os interessados precisam fazer a autenticação com o gov.br, exclusivamente por meio do certificado digital das empresas. Em seguida, o sistema deve informar se os negócios são elegíveis ou não e quais opções do plano podem ser solicitadas.

“De posse dessas informações, a recomendação é que a empresa entre em contato com o banco com o qual já tem relacionamento. No caso das grandes empresas, também é possível diretamente com o BNDES”, afirma a instituição em nota.

Segundo o banco público, R\$ 40 bilhões estarão disponíveis para o auxílio aos negócios. A quantia inclui R\$ 30 bilhões em recursos do Fundo Garantidor de Exportações (FGE) e R\$ 10 bilhões do próprio BNDES. O plano Brasil Soberano é uma iniciativa para tentar mitigar os efeitos da política comercial de Donald Trump.

O anúncio do BNDES ocorre



FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL/JC

Banco público disponibilizará R\$ 40 bilhões para o auxílio aos negócios

mais de um mês após o tarifaço de 50% entrar em vigor, em 6 de agosto. Empresários cobram agilidade nas medidas de apoio do governo. O acesso ao crédito do FGE mira empresas que tenham registrado, de julho de 2024 a junho de 2025, no mínimo 5% do faturamento total proveniente de exportações de produtos impactados pelas tarifas adicionais.

A lista dos bens atingidos pela política americana pode ser consultada no site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Já os R\$ 10 bilhões do BNDES miram o auxílio a empresas com qualquer impacto no faturamento.

“O BNDES vai socorrer todas as empresas, e a contrapartida é manter os empregos para a economia continuar crescendo e o

país não ser prejudicado por essas medidas autoritárias, unilaterais e injustificadas”, disse o presidente do banco, Aloizio Mercadante, em nota.

Um dos setores que cobram ações do governo após o tarifaço é a indústria de madeira. Em nota divulgada na terça, a Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (Abimci) afirmou que a atividade teve cerca de 4.000 demissões em meio aos impactos da guerra comercial.

Na visão da Abimci, a única solução para o impasse é a negociação direta entre os representantes do Brasil e dos Estados Unidos. “E essa competência é exclusiva do governo federal, que, até o momento, não foi exercida com o necessário bom senso.”

Senadores dos EUA tentam barrar taxaço ao Brasil

Senadores democratas e republicanos apresentaram nesta quinta-feira um projeto de lei para anular as tarifas impostas pelo presidente dos EUA, Donald Trump, a produtos brasileiros. A medida foi apresentada por Tim Kaine (D), Rand Paul (R), Chuck Schumer (D), Jeanne Shaheen (D) e Ron Wyden (D), com apoio de outros parlamentares, e obriga o Senado a se pronunciar, de acordo com o texto.

As tarifas contestadas foram decretadas em 30 de julho por meio da Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA), sob a justificativa de que o governo brasileiro representaria uma ameaça à segurança na-

cional dos EUA, inclusive por suposta “perseguição política” ao ex-presidente Jair Bolsonaro. A ordem impôs tarifa adicional de 40% sobre bens como café e carne bovina.

No comunicado, os senadores afirmam que a iniciativa de Trump é um “abuso ilegal” do poder presidencial e um “imposto corrupto” que pesa sobre as famílias americanas.

Segundo Kaine, o objetivo do projeto é impedir “guerras comerciais incompetentes e caóticas que tornam bens do dia a dia mais caros”. Paul acrescentou que a Constituição não permite que o presidente “unilateralmente imponha tarifas”, lembrando que

a política comercial é atribuição do Congresso.

Schumer acusou Trump de usar uma “falsa declaração de emergência” para retaliar pelo julgamento de Bolsonaro no Brasil.

O comunicado ressalta que os EUA importam mais de US\$ 40 bilhões ao ano do Brasil, incluindo quase US\$ 2 bilhões em café, “um produto que não pode ser cultivado na maior parte do território americano”.

O comércio bilateral, segundo os senadores, sustenta 130 mil empregos nos EUA e gera superávit para os americanos. Uma guerra tarifária, dizem, elevaria preços, prejudicaria as duas economias e aproximaria o Brasil da China.

Sicredi lidera crédito rural no Estado no Plano Safra 2024/2025

/ COOPERATIVISMO

Osni Machado

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

O cooperativismo financeiro vive um momento de expansão no Rio Grande do Sul, e os números mais recentes confirmam a consolidação do Sicredi como protagonista no crédito rural. Pela primeira vez, a instituição superou o Banco do Brasil em volume de recursos destinados ao agronegócio gaúcho. A liderança foi registrada no Plano Safra 2024/2025, quando o Sicredi concentrou 30% dos valores liberados no Estado e 45% da quantidade de contratos firmados. Em termos nacionais, a instituição permanece como a segunda maior força no crédito rural, atrás apenas do Banco do Brasil, mas já consolidada como o maior agente privado do País.

Para o presidente da Central Sicredi Sul-Sudeste, Márcio Port, resultado é fruto da constância e da confiança no setor agropecuário, mesmo diante de um cenário desafiador. “Nós crescemos, em média, 20% ao ano no crédito rural no Estado. Essa constância é o que nos levou a ultrapassar o Banco do Brasil, e isso mostra claramente o quanto acreditamos no agro, mesmo com as dificuldades impostas por estiagens e enchentes”, destaca.

A força do Sicredi está diretamente ligada à sua capilaridade e proximidade com os associados. Hoje, a instituição financeira cooperativa está presente em 97% dos municípios gaúchos, com cerca de 680 agências. Apenas 12 cidades, em geral pequenas e situadas no Litoral Norte, ainda não contam com unidades próprias, mas mesmo nesses locais os produtores rurais acabam sendo atendidos por municípios vizinhos. “Esse vínculo territorial faz diferença, especialmente porque 91% dos produtores do Estado são da agricultura familiar. E o Sicredi está justamente nos pequenos municípios, onde vive a essência do agro gaúcho”, explica o dirigente.

A carteira de crédito rural do Sicredi no Rio Grande do Sul já encosta em R\$ 20 bilhões, representando metade do total de operações da instituição no Estado. A outra metade está voltada para o segmento urbano, especialmente pequenas e médias empresas. “Um quarto das empresas gaúchas é associada ao Sicredi. Isso mostra que, além do agro, também temos uma presença decisiva no dia a

dia das pessoas jurídicas”, afirma. Atualmente, são 2,8 milhões de associados no Rio Grande do Sul, número que corresponde a 30% da população. Em alguns municípios do interior, esse percentual chega a 80%.

O crescimento da cooperativa ocorre em um ambiente no qual outras instituições financeiras têm recuado. Problemas climáticos e oscilações no preço das commodities têm levado bancos tradicionais a reduzir sua exposição ao agro. O Sicredi, porém, tem mantido a trajetória de expansão. Nos primeiros meses do atual Plano Safra, já responde por 40% dos financiamentos rurais no Estado, 10 pontos percentuais acima do ciclo anterior.

O dirigente ressalta que a credibilidade conquistada junto ao produtor não se resume à oferta de crédito. Durante as enchentes de 2023 e 2024, as cooperativas ligadas ao Sicredi foram fundamentais no apoio às comunidades, tanto na retomada das atividades das agências quanto na ajuda humanitária. “Nós voltamos a funcionar rapidamente para garantir acesso a serviços financeiros, mas também estávamos nos abrigos, arrecadando roupas, alimentos, ajudando a população. O Sicredi é uma instituição financeira que também tem produtos e serviços, mas que se preocupa com a qualidade de vida das pessoas”, afirma.

Esse compromisso remonta às origens do cooperativismo no Estado. A primeira cooperativa do Sicredi foi fundada em 1902, em Nova Petrópolis, por padres jesuítas, que viam no crédito uma ferramenta para financiar melhores condições de vida às comunidades. Mais de um século depois, a essência permanece a mesma: apoiar o desenvolvimento local. “Não é uma preocupação apenas financeira, é sobre como a gente cresce junto, como retomamos o desenvolvimento regional”, acrescenta o presidente.

“Olhando para o futuro, a expectativa é manter o ritmo de crescimento próximo a 20% ao ano, tanto em 2025 quanto em 2026”, cita. Mesmo diante das incertezas políticas e econômicas, o dirigente acredita que o cooperativismo seguirá em expansão. “O Rio Grande do Sul tem enfrentado anos difíceis desde a pandemia, mas acreditamos que, com o trabalho conjunto entre cooperativas, governos e entidades, é possível retomar o rumo do crescimento. Sozinhos não conseguimos, mas juntos, sim”, conclui.